

para comprovação.

DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Fica atualizada em 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL CRUZADOS NOVOS), a remuneração mensal do Prefeito Municipal de Boa Vista.

Parágrafo Único - O Prefeito fará jus à importância equivalente a 90% (NOVENTA POR CENTO) de seu subsídio a título de verba de representação mensal; 10% (DEZ POR CENTO) do valor do subsídio a título de cota postal e telegráfico mensal; 5% (CINQUENTA POR CENTO) a título de auxílio alimentação, também pago mensalmente, e 40% (QUARENTA POR CENTO) de subsídio a título de auxílio moradia mensal, tudo calculado sobre seu subsídio, valores estes fixando a serem revisados quando adotados novos critérios pela União, em conformidade com o art. 17 das Disposições Constitucionais Transitorias.

Art. 2º - A remuneração será reajustada na mesma base em que forem reajustados os vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 3º - Fica vedado ao Prefeito utilizar qualquer verba dos cofres municipais com despesas pessoais, salvo as enumeradas neste Decreto Legislativo.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de janeiro/90, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, em 14 de fevereiro de 1990.

CÉSAR AUGUSTO DI SOUZA DIAS

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N° 168, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1990.

DIVISÃO SÓLIDA ESTABELECE A REMUNERAÇÃO DO LÍDER-PRÉSIDENTE DA CÂMARA

DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Fica a remuneração do Vice-Prefeito fixada em 80% (oitenta por cento) da remuneração destinada ao Prefeito Municipal, pelo Decreto Legislativo nº 166.

Parágrafo Único - O Vice-Prefeito fará jus à verba de representação mensal, cota postal e telegráfico, auxílio alimentação e auxílio moradia, tudo calculado sobre seu subsídio, nos mesmos percentuais para o Prefeito do Município de Boa Vista, valores estes fixando a serem revisados quando adotados novos critérios pela União, em conformidade com o art. 17 das Disposições Constitucionais e Transitorias.

Art. 2º - Aplicam-se ao Vice-Prefeito, no que couber, todas as disposições legais pertinentes ao Prefeito Municipal.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de janeiro/90, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, em 14 de fevereiro de 1990.

CÉSAR AUGUSTO DI SOUZA DIAS

Presidente

FORTALEZA N° 008/90

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais e regimentais

FORTALEZA N° 001/90

CÉSAR AUGUSTO DI SOUZA DIAS

Presidente

Boa Vista-RN, 12 de fevereiro de 1990. .

CÉSAR AUGUSTO DI SOUZA DIAS

Presidente

FORTALEZA N° 012/90

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais e regimentais

uso da mesma estrutura

RESOLVENDO

Exonerar, MARLIINDA DOS SANTOS GUEDES, da função Gratificada de CHEFE DO SETOR DE ATAS, deste Legislativo com efeito a partir de 01 de Janeiro de 1990.

Carregador SÓLIDA 10
Letra no dia 2.
cada duas para este

DESEJO CIÉNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Boa Vista-RN em 07 de fevereiro de 1.990.

FORTALEZA N° 012/90

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais e regimentais

RESOLVENDO

Nomear para exercer a Função Gratificada de CHEFE DO SETOR DE ATAS, com efeito a partir de 01 de Fevereiro de 1990, a servidora LILIANILHA SAMPAIO DUTELHO.

DESEJO CIÉNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

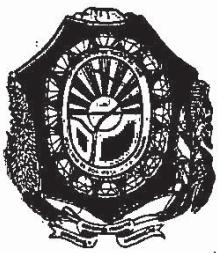
Boa Vista-RN em 07 de Fevereiro de 1990.

CÉSAR AUGUSTO DI SOUZA DIAS

Presidente

FORTALEZA N° 001/90

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais e regimentais



Estado de Roraima
Câmara Municipal de Boa Vista

DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1990.

DISPÕE SOBRE: ESTABELECE A REMUNERAÇÃO DO VICE-PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, aprovou e eu promulgo o seguinte

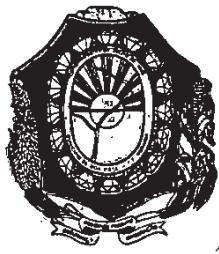
D E C R E T O L E G I S L A T I V O

Artigo 1º - Fica a remuneração do Vice-Prefeito fixada em 80% (oitenta Por Cento) da remuneração destinada ao Prefeito Municipal, pelo Decreto Legislativo nº 166.

Parágrafo Único - O Vice-Prefeito fará jus à verba de representação mensal, cota postal e telegráfica, auxílio alimentação e auxílio moradia, tudo calculado sobre seu subsídio, nos mesmos percentuais para o Prefeito do Município de Boa Vista, valores estes ficando a serem revistos quando adotados novos critérios pela União, em conformidade com o art. 17 das Disposições Constitucionais e Transitórias.

Art. 2º - Aplicam-se ao Vice-Prefeito, no que couber, todas as disposições legais pertinentes ao Prefeito Municipal.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de janeiro/90, revoga



Estado de Roraima
Câmara Municipal de Boa Vista

-2-

das as disposições em contrário.

Cabinete do Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, em 14 de fevereiro de 1990.

CESAR AUGUSTO DE SOUZA DIAS

Presidente